

# DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

15 a 19 de abril de 2024

## Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Internet](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Propriedade Intelectual](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Consumidor](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Saúde](#)
- △ [Política](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

## Atividades da Assespro Nacional

A **Federação Assespro** reuniu-se, nesta quarta (17), com a diretora-substituta e coordenadora-geral de Estratégias em Aquisições e Contratações, **Marfisa Castro** e o coordenador-geral de Contratação de TIC, **Glayson Lins**, ambos da Central de Compras do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), para tratar (i) de **novo portfólio de projetos** – *aprovado no início de abril, o qual será divulgado em breve, com destaque para 10 projetos exclusivos na área de Tecnologia da Informação (TI)*; (ii) da conclusão das **especificações** para a **contratação de equipamentos de informática como serviço**, com a realização de uma pesquisa e estimativa inicial em consulta aos órgãos públicos e a abertura de uma consulta pública para eventuais ajustes antes da abertura da concorrência – *a serem realizadas oportunamente*; e (iii) da criação de **novas modelagens de contratações públicas** de produtos

e serviços de tecnologia. Além disso, foi mencionado o **interesse em participar de reunião do Conselho de Administração** (CA) da Federação Assespro para discutir as ações da pasta.

O encontro representa o início de uma **atuação conjunta** entre a **Central de Compras** e a **Federação Assespro**, entre outros, com foco na promoção pela entidade de apoio técnico e conexão com o mercado para concepção de modelagens de contratações públicas de novos produtos e serviços (*inclusive pesquisa de preço*), bem como canal de comunicação para divulgação licitações, ações e planejamento do órgão.

A Assespro foi representada pelo presidente da entidade, **Christian Tadeu**; pelo presidente da Assespro-DF, **Rodrigo Fragola**; pela assessora de comunicação, **Uanabia Mariano**; e Renato Roll, sócio da **Foco - Relações Governamentais**. Acesse [aqui](#) as fotos da reunião.

## Proteção de Dados

- **STF mantém prerrogativa de investigadores para demandar teles e destaca impacto à plataformas.** O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) [rejeitou](#) nesta quinta-feira (18), a [Ação Direta de Inconstitucionalidade \(ADI\) 5642](#), da Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel), contra trechos da [Lei nº 13.344/2016](#), que alterou o Código de Processo Penal (CPP). A alteração tem o objetivo de acelerar investigações que demandam urgência na localização de envolvidos, permitindo que autoridades solicitem dados telefônicos ou telemáticos de suspeitos ou vítimas em crimes específicos, como sequestro, tráfico de pessoas e cárcere privado. A análise do STF definiu que as informações requisitadas devem ser referentes apenas a “dados cadastrais”, como qualificação pessoal, filiação e endereço. Além disso, ficou estabelecido que os dispositivos da lei também se aplicam às plataformas digitais, visto que se referem a “dados telemáticos” e governam a obtenção de informações da internet em outros processos. Com informações de: [Tele.Síntese](#)

## Internet

- **Vai à CCOM projeto que institui o Auxílio Internet.** A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) [aprovou](#), nesta quarta (17), o [PL 3501/2020](#) (*institui o Auxílio Internet*), na forma do [parecer favorável, com substitutivo](#), apresentado pela deputada **Flávia Moraes** (PDT/GO). A matéria segue à Comissão de Comunicação (CCOM). Após análise da CCOM, o projeto ainda passa pelo crivo das Comissões de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.
- **Aberto prazo para oferecimento de emendas a projeto que dispõe sobre licenciamento para infraestrutura de redes.** A Comissão de Comunicação (CCOM) abriu prazo para oferecimento de emendas ao [PL 2018/2022](#) (*licenciamento para infraestrutura de redes*) – o qual deve se estender até 24 de abril. A matéria aguarda o encerramento do prazo de emendas

e apresentação do parecer do relator ao projeto e eventuais emendas para ser colocado em votação na Comissão. Após análise da CCOM, o projeto ainda passa pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.

## Segurança Cibernética

- **CSMPF cria Grupo de Atuação Especial no Combate aos Crimes Cibernéticos.** Foi publicada a [Resolução nº 229/2024](#), que cria o Grupo de Atuação Especial no Combate aos Crimes Cibernéticos e aos Crimes praticados mediante o Uso de Tecnologias de Informação (GACCTI) no âmbito do Ministério Público Federal (MPF). Com abrangência nacional, o Grupo de Atuação tem a função de auxiliar os procuradores naturais em investigações, procedimentos e processos criminais para o fim de identificar, prevenir e reprimir a criminalidade cibernética. Competirá também ao GACCTI atuar, em auxílio ao procurador natural, nas investigações que tratem sobre crime cibernético, se existir a necessidade de obtenção de prova eletrônica, no Brasil ou no exterior, neste último caso, de forma coordenada com a Secretaria de Cooperação Internacional da PGR. O GACCTI tem o objetivo de combater crimes como a fraude eletrônica, a perseguição eletrônica (*stalking*), a pornografia infantojuvenil na internet, o racismo e outras formas de discriminação na internet. O GACCTI será **composto** por 10 membros, incluindo procuradores e procuradores regionais da república, e terá uma estrutura técnica e administrativa vinculada a diversas áreas do MPF.

## Propriedade Intelectual

- **Vai à CCT projeto que dispõe sobre regras para acelerar pedido de patente ao INPI.** A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, nesta quinta (18), o [PL 2210/2022](#) (*Regras para acelerar pedido de patente ao INPI*), na forma do parecer favorável, com substitutivo, apresentado pelo senador **Jaques Wagner** (PT/BA). A matéria segue à comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT). Após análise da CCT, o projeto ainda passa pelo Plenário e, caso aprovado na forma de substitutivo, retorna à Câmara dos Deputados para análise das modificações promovidas.

## Inteligência Artificial

- **Diretora da ANPD defende protagonismo da Autoridade na regulamentação da IA.** A diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), **Miriam Wimmer**, participou do I Seminário Internacional de Inteligência Artificial e Direito, realizado pela PUC-Rio com apoio da Capes. No evento, ela abordou a importância do desenvolvimento de políticas e regulamentos para assegurar ética, privacidade, transparência, segurança e responsabilidade no uso da Inteligência Artificial (IA). Miriam defendeu a ampla cooperação entre governo, setor privado, academia e sociedade civil na regulamentação da IA, além da necessidade de uma autoridade central para regular a tecnologia. Ela argumentou que a ANPD, por sua experiência

na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), está qualificada para atuar como órgão central de regulamentação da IA. A diretora também destacou a importância da cooperação técnica entre a ANPD e outras agências reguladoras para evitar sobreposição de competências. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)

- **Sociedade poderá opinar sobre os avanços da inteligência artificial.** A Associação Brasileira de Internet (Abranet) e o Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS) uniram-se a líderes de diversos setores para anunciar o lançamento do Conselho de Inteligência Artificial e Sociedade (CIAS), com o propósito de realizar uma consulta pública aberta e abrangente voltada para debater a regulamentação da inteligência artificial no Brasil. A iniciativa visa a construir um modelo de lei que reflita as necessidades e os anseios do país nessa área, com base nas respostas à pergunta central: “*O que o Brasil quer da Inteligência artificial?*”? O conselho é aberto à participação de todos, incluindo indivíduos, associações, empresas, órgãos governamentais, órgãos de ensino e pesquisa, entre outros, e terá consultas presenciais em parceria com a *Campus Party* em diversas cidades do Brasil. Com informações de: [TI Inside](#)

## Inclusão Digital

- **79% dos estudantes sem Internet são do Norte e Nordeste, diz MEC.** No Senado Federal, durante audiência pública da Comissão de Educação (CE), o ministro **Camilo Santana** (Educação) alertou que 4,1 milhões de alunos no Brasil estão sem acesso adequado à Internet, sendo 79% deles em escolas do Norte e Nordeste do país. Além disso, cerca de 42,7 mil escolas, equivalente a 31%, não possuem conectividade com velocidade adequada para usos pedagógicos, e 71,6 mil unidades escolares não contam com infraestrutura de rede Wi-Fi interna. O ministério pretende até 2026 conectar todas as escolas. Durante o evento do Comitê Gestor da Internet (CGI.br), **Hermano Tercius**, secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (MCom), reforçou o compromisso de conectar todas as escolas públicas brasileiras até 2026, o que exigiria a média de 160 escolas conectadas por dia útil até lá. Ele também ressaltou a importância de melhorar a qualidade das escolas públicas, além de garantir o acesso à conectividade, fornecendo ferramentas para a formação cidadã dos estudantes. Com informações de: [Teletime](#)
- **Só 1 em cada 5 no Brasil tem acesso de qualidade à internet.** Apenas 1 em cada 5 brasileiros possui conectividade satisfatória de Internet, de acordo com um estudo recente do NIC.br, "[Conectividade Significativa: propostas para medição e o retrato da população no Brasil](#)". A pesquisa revela que o uso qualitativo da Internet no Brasil reflete as desigualdades sociais do país e ressalta a necessidade de lidar com as condições múltiplas para a conectividade. Com base em dados da pesquisa TIC Domicílios, o estudo mostra que apenas 22% dos brasileiros atendem aos critérios mínimos de condições de conectividade. As desigualdades são evidentes em todas as regiões do país, com o Norte e o Nordeste apresentando as piores condições de conectividade significativa. Além disso, a falta de igualdade é visível em diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade, renda e autodeclaração de cor ou raça. Com informações de: [Conectividade Digital](#)

## Educação

- **Pronto para inclusão na pauta deliberativa projeto que obriga internet em escolas.** A senadora **Daniella Ribeiro** (PSD/PB) apresentou, nesta quarta (17), parecer favorável ao PL 786/2023 (obriga internet em escolas), com as emendas que apresenta, à Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD). A matéria encontra-se, portanto, pronta para inclusão na pauta deliberativa do colegiado. Caso aprovado, o projeto segue à Câmara dos Deputados – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.
- **Debatedores defendem fortalecimento do ensino profissional no novo ensino médio.** Em audiência pública promovida pela Comissão de Educação e Cultura (CE), nesta quinta (18), especialistas em educação pediram o fortalecimento do ensino profissionalizante dentro do PL 5230/2023 (reforma do novo ensino médio). O debate envolveu também o Ministério da Educação (MEC) e a importância do ensino técnico e profissional para a inclusão social. Segundo os especialistas, o projeto do novo ensino médio deve estar alinhado com a realidade do jovem brasileiro e com o futuro do país, e a carga horária para a formação geral básica é fundamental para diminuir desigualdades. A votação do projeto está prevista para maio. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **Debatedores fazem críticas e sugestões para reforma do novo ensino médio.** Especialistas em tecnologia educacional avaliaram e debateram o PL 5230/2023 (reforma do novo ensino médio) em audiência pública na Comissão de Educação e Cultura (CE), nesta terça (16). Em meio a críticas e sugestões, a senadora **Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO/TO), relatora da proposta, destacou a importância da discussão e democracia no processo. O presidente da CE, senador **Flávio Arns** (PSB/PR), reconheceu desafios na área da educação e elogiou o programa Pé-de-Meia como uma iniciativa importante do governo federal. O diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), **Alexsandro do Nascimento Santos**, destacou a retomada de componentes curriculares fragilizados como a filosofia e a proposta de padronização básica para os itinerários formativos. O ministro **Camilo Santana** (Educação) defendeu a análise e aprovação do projeto de lei “o mais breve possível”.
  - » Críticas, sugestões e pesquisas reunidas por especialistas em educação apontam para a insatisfação dos alunos, professores e gestores em relação ao novo ensino médio, com destaque para a necessidade de superar a exclusão escolar e preparar o estudante para o ingresso na faculdade e no mercado de trabalho. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **Deputado quer auditoria do TCU sobre Starlink em projetos de educação.** A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta (17), requerimento do deputado **Aureo Ribeiro** (SD/RJ), para realização de auditoria, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para investigar possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos nas políticas de educação conectada. O parlamentar questiona se houve influência do Ministério da Educação (MEC), Ministério das Comunicações (MCom), Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE) ou do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape) na contratação da empresa de satélite Starlink. O pedido de auditoria surge após o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da



União (MP-TCU) solicitar esclarecimentos sobre possíveis contratos entre o governo federal e a empresa de Elon Musk. Segundo o deputado, a Starlink não possui estrutura operacional no Brasil, o que levanta questionamentos sobre a relação do governo com a empresa.

- » O requerimento também menciona licitações realizadas pelo MCom para internet em praças públicas, nas quais apenas a Starlink atendia aos requisitos técnicos exigidos. Ribeiro ainda aponta respostas insuficientes do MCom em relação a questionamentos feitos anteriormente, evidenciando a necessidade de esclarecimentos sobre as contratações para conectividade. O deputado acredita que a auditoria do TCU pode trazer elementos importantes sobre a relação do governo com a empresa de Elon Musk, especialmente após os recentes episódios envolvendo o empresário e o poder judiciário brasileiro. Com informações de: [Teletime](#) e [Tele.Síntese](#)
- **Deputada aciona MP contra plano do governo de SP de usar inteligência artificial na elaboração de aulas.** A deputada estadual **Professora Bebel** (PT) protocolou representação no Ministério Público contra uso de inteligência artificial na elaboração de aulas da rede estadual de São Paulo. Segundo o documento, a parlamentar argumenta que as tecnologias de informação e comunicação (TIC) devem ser utilizadas como recursos complementares no processo educativo, **não** como substitutos do trabalho dos professores. Na representação, a deputada solicita que o Ministério Público investigue a utilização do ChatGPT pelo governo do Estado de São Paulo na produção de aulas digitais para as escolas da rede estadual paulista. Com informações de: [Valor Econômico](#)

## Mídias Sociais

- **Código Civil: Senado vai filtrar projeto, mas já destaca responsabilidade de plataformas.** O Senado Federal realizou, nesta quarta (17), cerimônia para entrega simbólica do texto da Comissão de Juristas responsável pela atualização do Código Civil, com destaque para as propostas voltadas ao Direito Digital. O presidente da Casa, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), ressaltou importância das mudanças no contexto tecnológico e afirma que o anteprojeto será discutido em comissão especial. As principais recomendações envolvem a revogação do artigo 19 do Marco Civil da Internet para responsabilizar administrativa e civilmente plataformas digitais por conteúdos gerados por terceiros. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), **Alexandre de Moraes**, destacou a inclusão de temas como tecnologia, inteligência artificial e responsabilidade civil no Código Civil atualizado. O texto também prevê a criação de um livro inteiro dedicado ao Direito Digital, com regras para imagens produzidas por IA, contratos e patrimônio digital. Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **Integridade da informação na internet é tema de grupo temático no G20, diz Juscelino.** O ministro **Juscelino Filho** (Comunicações) anunciou que a taxação das grandes plataformas digitais, as “big techs”, não foi incluída nas discussões do Grupo de Trabalho de Economia Digital do G20 lideradas pelo Brasil. Em uma declaração para jornalistas em Brasília, após a abertura da reunião do grupo temático, o ministro destacou que, apesar disso, a “integridade da informação” no ambiente digital será discutida pelos países do G20. Juscelino também mencionou que, embora o Brasil tenha debatido intensamente o combate às *fake news* desde o ano passado, o [PL 2630/2020](#) (*fake news*) não avançou no Congresso Nacional. Ele destacou

que o governo espera avançar com a proposta legislativa com base no compromisso assumido por integrantes do Congresso de promover um “ambiente digital com responsabilidade”, que englobaria tanto os usuários quanto as plataformas digitais. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **X diz a Moraes que continuará cumprindo decisões do Supremo.** A antiga rede social Twitter, agora conhecida como X, garantiu ao Supremo Tribunal Federal (STF), nesta segunda-feira (15), que irá cumprir integralmente as decisões da Corte e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A declaração vem em meio às ameaças do bilionário Elon Musk, proprietário da plataforma, de desobedecer às determinações do ministro **Alexandre de Moraes**, que ordenou a remoção de perfis que compartilham *fake news*. Em petição ao STF, a X revelou ter recebido uma notificação do Comitê de Assuntos Judiciários da Câmara de Deputados dos EUA para apresentar as ordens de Moraes sobre a remoção de conteúdo e bloqueio de contas. A empresa afirmou que cumpriu a obrigação legal de exibir os documentos, porém destacou que são confidenciais e resguardados por sigilo judicial. Além disso, comprometeu-se a transmitir quaisquer informações sobre o tema recebidas da matriz nos EUA, em cumprimento ao dever de transparência. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Moraes autoriza tomada de depoimentos de representantes do X no Brasil.** O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), **Alexandre de Moraes**, autorizou a convocação de representantes da rede social X para prestar depoimento no Brasil, em resposta a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). A investigação se dá no contexto do inquérito aberto para apurar as declarações de Elon Musk, dono da empresa, que desrespeitou decisões do ministro. Segundo as declarações de Musk, ele não cumpriria ordens judiciais para bloquear contas acusadas de espalhar desinformação, o que gerou a abertura de um inquérito para investigá-lo em relação aos crimes de obstrução à Justiça e incitação ao crime. Diante disso, a PGR solicitou que representantes do X sejam ouvidos para esclarecer a situação. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Ação sobre bloqueio de apps de mensagens irá ao plenário do STF.** O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), **Flávio Dino** pediu destaque em votação virtual sobre bloqueio de aplicativos de mensagens, como WhatsApp e Telegram, por decisões judiciais (ADPF 403). A ação foi apresentada pelo Partido Cidadania em 2016, questionando a suspensão do WhatsApp nacionalmente por 72h, em Sergipe, com base no artigo 12 do Marco Civil da Internet. A relatoria está com o ministro **Edson Fachin**, que já emitiu voto dizendo que ordem judicial não é adequada para exigir informações de mensagens criptografadas ponta-a-ponta, mas que metadados podem ser fornecidos. Análise da ADPF foi interrompida pelo pedido de vista do ministro **Alexandre de Moraes**, e agora será feita com base na decisão proferida pelo ministro **Ricardo Lewandowski**, que suspendeu decisões judiciais que bloquearam o Whatsapp quando era presidente do STF. Com informações de: [Teletime](#)
- **STJ espera decisão no STF para julgar responsabilidade de provedores internet.** O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro **Og Fernandes**, interrompeu o andamento de um recurso extraordinário sobre a responsabilidade dos provedores de internet na divulgação indevida de imagens íntimas. A decisão foi tomada em razão dos Temas 533 e 987 do Supremo Tribunal Federal (STF), que tratam da fiscalização de conteúdo online e da

constitucionalidade do Marco Civil da Internet. O ministro destacou que o julgamento desses temas pelo STF é fundamental para o desfecho do caso em questão. No processo julgado pelo STJ, a Terceira Turma considerou que o vazamento de imagens sensuais de um modelo para fins comerciais **não** se equipara à disseminação de imagens íntimas não consentidas.

- » O relator de um dos processos relacionados aos temas do STF, ministro **José Dias Toffoli**, informou que terá seu voto pronto para julgamento até o final de junho. Enquanto isso, a parte que recorreu ao STJ alega a suposta violação da proteção constitucional à vida privada, honra e imagem, além da não observância dos direitos autorais da pessoa exposta. Com base nesse contexto, o ministro Og Fernandes suspendeu o recurso devido à relevância e ao impacto das decisões dos temas em questão, aguardando o desfecho final pelo STF. Com informações de: [Convergência Digital](#)
  
- **Presidente do STF recebe representantes da Unesco para discutir desinformação e parcerias.** O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro **Luís Roberto Barroso**, se reuniu com a diretora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, **Marlova Jovchelovitch Noletto**, para tratar da desinformação e seus impactos negativos. A reunião também abordou propostas de regulação de plataformas digitais e a aplicação de inteligência artificial no mundo moderno. O encontro reforçou a parceria entre STF e Unesco no Programa de Combate à Desinformação, criado em 2021, e discutiu novas parcerias institucionais que podem ser adotadas no programa, bem como parcerias com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com informações de: [ASCOM STF](#)
  
- **Jornalistas defendem liberdade de expressão em audiência sobre “Twitter Files Brazil”.** Durante audiência realizada na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, jornalistas se pronunciaram em defesa da liberdade de expressão em meio ao escândalo conhecido como “Twitter Files Brazil”. O caso envolve o bilionário Elon Musk, dono do antigo Twitter, que denunciou pressões do judiciário e de políticos brasileiros para censurar perfis da rede social que não seguem a linha de pensamento da esquerda. Durante a audiência, jornalistas e parlamentares expuseram opiniões divergentes sobre a atuação do judiciário e a necessidade de garantir a liberdade de expressão na internet, em meio a críticas ao Projeto de Lei das *Fake News* ([PL 2630/2020](#)) e às ações de censura. Com informações de: [Gazeta do Povo](#)

## PD&I

- **FNDCT aprova Plano Anual de Investimentos dos Recursos Reembolsáveis para 2023.** Por meio da [Resolução nº 846/2024](#), publicada pelo Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CD-FNDCT), fica aprovado o [Plano Anual de Investimentos dos Recursos Reembolsáveis do FNDCT](#) no valor de **R\$ 4.979.080.025,00**, em conformidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023, que visa fomentar e incentivar o desenvolvimento de pesquisas e projetos na área de ciência e tecnologia.



## Economia & Tributário

- **Designada relatora de projeto que limita a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia.** A deputada **Jack Rocha** (PT/ES) foi designada relatora do [PL 493/2024](#) (*limita a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia*) na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS). Após análise da CICS a matéria passa ainda pelo crivo das Comissões de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e do Plenário e, caso aprovado, será remetida ao Senado Federal.
  
- **Comissão aprova projeto que flexibiliza regra de sublimite do Simples Nacional.** A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça (16), o [PLP 257/2023](#) (*flexibiliza regra de sublimite do Simples Nacional*), na forma do parecer favorável do deputado **Helder Salomão** (PT/ES). A matéria segue à Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Após análise da CFT, o projeto passa ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e do Plenário. Caso aprovado, o projeto será remetido ao Senado Federal.
  
- **Reforma Tributária: CDE realiza audiência pública para tratar da regulamentação paralela.** A Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) da Câmara dos Deputados promoveu, nesta quarta (17), audiência pública para discutir a regulamentação da reforma tributária. A participação do secretário extraordinário de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (MF), **Bernard Appy**, estava prevista, mas foi cancelada devido ao adiamento da entrega dos projetos de lei complementares pelo Governo. Os debates contaram com a presença do presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (Anape), **Vicente Braga**, bem como de alguns deputados federais, incluindo **Aguinaldo Ribeiro** (PP/PB), relator da Reforma na Câmara e de presidentes das Frentes Parlamentares que estão debatendo a regulamentação da Emenda. Durante a audiência, Ribeiro ressaltou a importância de que a regulamentação mantenha as discussões feitas durante a aprovação da matéria no Congresso Nacional e elogiou a iniciativa do Legislativo na elaboração da regulamentação paralela.
  - » O deputado **Pedro Lupion** (PP/PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), esclareceu questões sobre as proposições elaboradas pelos grupos de trabalho que tratam de imunidades tributárias, regime específico de combustíveis e lubrificantes, operações previstas na alíquota reduzida e a Cesta Básica Nacional.
  - » Já **Joaquim Passarinho** (PL/PA), presidente da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo alertou que os projetos de lei complementares elaborados pelas Frentes não podem ser contrários à proposta do Executivo e expressou preocupação com a demora na apresentação dos projetos do Governo.
  - » Enquanto o deputado **Domingos Sávio** (PL/MG), presidente da Frente Parlamentar da Defesa do Comércio e Serviços, salientou que os interesses nacionais devem estar acima das disputas partidárias e apontou que ainda existem diversas dúvidas sobre temas no âmbito da Reforma Tributária, como o período de transição. Em concordância, Vicente Braga reforçou a importância da Reforma Tributária para o ambiente de negócios brasileiro, alertando sobre as dúvidas e desafios que surgirão com as mudanças propostas.

- **Câmara se antecipa ao governo e lança regulamentação da tributária.** Um grupo de 24 frentes parlamentares apresentou 13 Projetos de Lei Complementar (PLPs) para regulamentar a reforma tributária, que foram oficialmente apresentados em uma sessão da Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) da Câmara dos Deputados nesta quarta (17). A apresentação contou com a presença dos principais líderes da iniciativa e foi seguida de um almoço. O presidente do colegiado, deputado federal **Danilo Forte** (UNIÃO/CE), esteve presente, porém o secretário especial da Reforma Tributária, **Bernard Appy**, cancelou sua presença na reunião. A regulamentação das propostas é uma promessa do governo, porém o ministro **Fernando Haddad** (Fazenda) adiou a apresentação das propostas do governo para a semana do dia 22, o que foi visto pelo Congresso como uma manobra para encurtar o debate devido à proximidade das eleições. Com informações de: [Poder 360](#)
- **CICS aprova instalação de Subcomissão Permanente de acompanhamento da Nova Indústria Brasil.** A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) aprovou, nesta terça (16), requerimento apresentado pelo deputado **Heitor Schuch** (PSB/RS) para que seja instalada a Subcomissão Permanente de acompanhamento da Nova Indústria Brasil (NIB). A data e horário da cerimônia de instalação deverão ser divulgados oportunamente.
- **Designada relatora de projeto que oferece incentivo tributário para contratar mulheres.** A deputada **Ana Pimentel** (PT/MG) foi designada nova relatora do [PL 324/2022](#) (*oferece incentivo tributário para contratar mulheres*) na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER). Após deliberação da CMULHER, o projeto ainda passa pelo crivo das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.
- **CICS irá debater projeto que prevê remuneração do empregado por invenção e modelo de utilidade.** Ainda na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), foi aprovado requerimento apresentado pelo deputado **Helder Salomão** (PT/ES) para que seja realizada audiência pública com a finalidade de debater o [PL 2141/2023](#) (*remuneração do empregado por invenção e modelo de utilidade*). Foram sugeridas as participações, dentre outras, de representantes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e do Ministério Público do Trabalho (MPT).
- **Vai à CFT projeto que institui Programa Nacional de Crédito Especial ao Jovem Empreendedor.** A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) aprovou, nesta terça (16), o [PL 678/2019](#) (*institui o Programa Nacional de Crédito Especial ao Jovem Empreendedor*), na forma do parecer favorável, com substitutivo, apresentado pelo deputado **Jorge Goetten** (PL/SC). A matéria segue à Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Após análise da CFT, o projeto ainda passa pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado na forma de substitutivo, retorna ao Senado Federal para análise dos trechos alterados.

- **E-commerce: Vai à CCJC projeto que limita comissão dos aplicativos sobre comerciantes ou prestadores de serviços.** A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) rejeitou, nesta terça (16), o [PL 5422/2023](#) (*limita em 6% a comissão dos aplicativos sobre comerciantes ou prestadores de serviços*), nos termos do parecer contrário do deputado **Mauricio Marcon** (PODE/RS). A matéria segue à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
- **Vai a Plenário projeto que dispõe sobre a compensação de crédito nas dívidas de estados com a União.** A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, nesta terça (16), o [PLP 35/2022](#) (*compensação de crédito nas dívidas de estados com a União*), na forma do parecer favorável, com substitutivo, apresentado pela senadora **Tereza Cristina** (PP/MS). A matéria vai a Plenário. Caso aprovado, o projeto será remetido à Câmara dos Deputados.
- **Para Anatel, leis de concorrência são insuficientes para lidar com big techs.** A Superintendência de Competição da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) apontou que as atuais leis anticoncorrenciais do Brasil são insuficientes para lidar com os desafios trazidos pelas grandes empresas de tecnologia, as chamadas "big techs". A agência destacou que outros países, como EUA e Europa, também estão em busca de normas específicas para regular as plataformas digitais. Além disso, a Anatel ressaltou a importância de garantir a igualdade de acesso e o livre funcionamento do processo competitivo de uma economia de mercado por meio da regulação das big techs. A contribuição da agência ocorreu durante a consulta pública do Ministério da Fazenda (MF) sobre a regulação de plataformas digitais.
  - » A Anatel também citou o *Digital Marketing Act* (DMA) europeu como um exemplo de regulação complementar para alcançar uma competição justa no mercado. Segundo a agência, é necessário garantir que qualquer pessoa ou empresa tenha condições iguais de contratação e uso das 'facilidades essenciais' oferecidas pelas plataformas digitais, a fim de promover a competição em benefício dos consumidores e empreendedores brasileiros. Em resumo, a Anatel defende a necessidade de uma regulação que assegure a igualdade, a não discriminação, a transparência e a defesa dos consumidores no mercado de tecnologia. Com informações de: [Teletime](#)
- **CCT irá debater a reversão da desestatização da Ceitec.** A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCTI) do Senado Federal aprovou, nesta semana, requerimento apresentado pelo senador **Fernando Dueire** (MDB/PE), para realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "CEITEC", nos moldes do Plano de Trabalho da Avaliação da Política Pública que trata do tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil". Foram sugeridas as participações de representantes dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); das Relações Exteriores (MRE); da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); e da Fazenda (MF), bem como da Associação dos Colaboradores do CEITEC (Acceitec). A data e horário da audiência deverão ser divulgados oportunamente.
- **Abinee defende regular plataformas para combate ao comércio ilegal.** Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) defendeu, durante consulta pública do Ministério da Fazenda (MF), a regulamentação das plataformas digitais no Brasil como forma de combater o mercado ilegal de eletrônicos. Segundo a entidade, as redes sociais e *marketplaces* estão sendo usadas para o comércio de produtos ilegais, contrabandeados e que não possuem homologação na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), representando

um risco aos consumidores. A Abinee destacou a necessidade de supervisão e regulação das plataformas digitais, além de enfatizar que o atual modelo antitruste brasileiro apresenta lacunas que permitem a venda de produtos ilegais.

- » A entidade também sugere a criação de códigos de conduta e estudos de mercado, de forma a identificar as principais plataformas que potencialmente promovem o mercado ilegal, com base em critérios como número de usuários, faturamento e impacto no mercado. Para a Abinee, a regulamentação assimétrica das plataformas digitais, com critérios econômicos, nichos de atuação e impacto de mercado, é essencial para combater as atividades não legais e garantir uma competição justa no setor. Com informações de: [Teletime](#)

- **Desoneração da Folha contribuiu para 9,3 milhões de empregos até fevereiro, afirma Brasscom.** A Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais (Brasscom), divulgou novos dados que comprovam o impacto positivo da Desoneração da Folha de Pagamento no desenvolvimento do país. Segundo os números, os 17 setores desonerados registraram a criação de 9,3 milhões de empregos formais até fevereiro deste ano, sendo 151 mil apenas nos dois primeiros meses de 2024. Além disso, os setores desonerados apresentaram um crescimento de 19,6% no número de empregos formais, com salários médios 12,7% maiores do que os setores sem desoneração, que cresceram apenas **14,3%** no mesmo período. Em resumo, a Desoneração da Folha foi responsável pela criação de 873.816 empregos no período de janeiro de 2019 a fevereiro de 2024, ressaltando sua importância para o mercado de trabalho e desenvolvimento econômico do país. Com informações de: [TI Inside](#)

## Consumidor

- **Anatel torna públicos documentos do processo que tem por objeto a anulação de dispositivos do novo RGC.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgou na íntegra os documentos do [processo nº 53500.113347/2023-41](#), que trata da solicitação de anulação de dispositivos do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC) por parte de TIM S/A, Oi S/A - *em recuperação judicial*, Telefônica Brasil S/A e Claro S/A. A disponibilização dos documentos foi anunciada pelo conselheiro **Alexandre Freire**, relator do processo, como forma de garantir que a sociedade e as empresas reguladas compreendam melhor os argumentos envolvidos. No entanto, Freire ressaltou que petições apresentadas após o início do julgamento não devem ser recebidas, de acordo com a política da Agência, e que os pareceres jurídicos anexados ao processo não devem ser considerados de acesso restrito com base na legislação de direitos autorais. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)

## Ambiental

- **Designada relatora de projeto que cria a Semana Nacional de Conscientização sobre Resíduos Eletroeletrônicos.** A deputada **Fernanda Pessoa** (UNIÃO/CE) foi designada relatora do [PL 2238/2021](#) (*cria a Semana Nacional de Conscientização sobre Resíduos*

*Eletroeletrônicos*) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Foi aberto, ainda, o prazo para oferecimento de emendas – o qual deve se estender até o dia 3 de maio. Caso aprovado, o projeto será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.

- **Pronto para inclusão na pauta deliberativa projeto que cria selo nacional a empresas que investirem em ações ambientais.** O senador **Otto Alencar** (PSD/BA) apresentou, nesta quinta (18), parecer favorável ao PL 4363/2024 (cria selo nacional a empresas que investirem em ações ambientais), com substitutivo, à Comissão de Meio Ambiente (CMA). A matéria, portanto, encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa da comissão. Após análise da CMA, o projeto ainda passa pelo crivo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, caso aprovado, será remetido à Câmara dos Deputados.

## Trabalhista

- **CCT irá debater o tema Conecta e Capacita com a participação da Federação Assespro.** Nesta quarta (17), a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal aprovou requerimento apresentado pelo senador **Fernando Dueire** (MDB/PE), para que seja realizada audiência pública com o objetivo de debater o tema “conecta e capacita”, nos moldes do Plano de Trabalho da Avaliação da Política Pública que trata do tema “Superação dos obstáculos à inovação no Brasil”. Dentre os convidados sugeridos, destacam-se representante da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de tecnologia da Informação (**Federação Assespro**), a ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação), bem como representantes do Ministério da Educação (MEC), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e de associações do setor de tecnologia da informação e comunicações (TIC). A data e horário do debate deverão ser divulgados oportunamente.
- **Na Câmara, Luiz Marinho culpa “fake news” por reação a PL de motoristas de aplicativo.** O ministro **Luiz Marinho** (Trabalho e Emprego) acusa as “fake news” como responsáveis pela rejeição de parte dos motoristas de aplicativo ao PLP 12/2024, que regulariza a atividade encaminhado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso Nacional. Em entrevista à TV Câmara antes do início da audiência pública na Comissão de Trabalho (CTRAB), Marinho pediu que os trabalhadores lessem o texto do projeto e não acreditassem em informações falsas sobre ele disseminadas nas redes sociais. Ele ressaltou que o projeto busca atender às reivindicações da categoria, que reclamava do abandono e falta de visibilidade. O ministro ressaltou que o debate em torno do projeto é saudável e pode levar a melhorias no texto original, ainda em análise no Congresso. Com informações de: [InfoMoney](#)

## Administração Pública

- **TCU adia por mais 60 dias decisão sobre mandato de Baigorri na Anatel.** O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), **Walton Alencar Rodrigues**, pediu mais uma vez o adiamento da votação do processo que discute o prazo final do mandato do presidente da



Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), **Carlos Baigorri**, por um período de 60 dias. Esta é a terceira vez que a votação é adiada, com a próxima data marcada para junho de 2024. O ministro Alencar presidiu a sessão de quarta (17), devido à ausência do presidente do TCU, **Bruno Dantas**, em uma missão oficial. O TCU está analisando se o mandato de Baigorri deve levar em conta o tempo em que ele atuou como conselheiro da Anatel, um cenário que pode ter impacto em outras agências reguladoras. Baigorri assumiu a presidência da Anatel em 2022, com a expectativa de cumprir um mandato completo até novembro de 2026. Com informações de: [Teletime](#)

- **Vai à CFT projeto que susta contrato que prevê estudos para a privatização dos Correios.** A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) aprovou, nesta terça (16), o [PDL 426/2020](#) (*susta contrato que prevê estudos para a privatização dos Correios*), na forma do parecer favorável, com substitutivo, apresentado pelo deputado **Heitor Schuch** (PSB/RS). A matéria segue à Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Após análise da CFT, o projeto ainda passa pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e do Plenário e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.
- **Deputada questiona Anatel sobre suspensão da Starlink no Brasil.** A deputada federal **Sâmia Bomfim** (PSOL/SP) questionou o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), **Carlos Baigorri**, sobre a decisão de não suspender a exploração do sistema de satélites não geoestacionários pela Starlink no Brasil. Isso após a apreensão de 24 antenas da empresa em áreas de garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, que teriam facilitado a comunicação entre membros da organização criminosa. Além disso, a parlamentar também citou a descumprimento de decisões judiciais brasileiras por parte do dono da Starlink, Elon Musk. Segundo a Anatel, a empresa tem direito de exploração do sistema até 2027. Com informações de: [Teletime](#)

## Saúde

- **Vai à CFT projeto que dispõe sobre a criação da “Plataforma CURA”.** A Comissão de Saúde (CSAUDE) aprovou, nesta quarta (17), o [PL 1613/2022](#) (*cria plataforma para facilitar acesso a medicamentos de alto custo*), na forma do parecer favorável, com substitutivo, apresentado pelo deputado **Dorinaldo Malafaia** (PDT/AP). A matéria segue à Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Após análise da CFT, o projeto ainda passa pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.
- **Vai à CCJC projeto que permite o uso de óculos biópticos no processo de habilitação para dirigir.** A Comissão de Viação e Transportes (CVT) aprovou, nesta quarta (17), o [PL 2902/2021](#) (*permite o uso de óculos biópticos no processo de habilitação para dirigir*), na forma do parecer favorável, com substitutivo, apresentado pelo deputado **Neto Carletto** (PP/BA). A matéria via à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Após análise da CCJC, o projeto será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.

## Política

- **Aguinaldo assume liderança da Maioria no Congresso e André Figueiredo é novo líder da Maioria na Câmara.** O deputado **André Figueiredo** (PDT/CE), foi anunciado como o novo líder da Maioria na Câmara dos Deputados, enquanto o deputado **Aguinaldo Ribeiro** (PP/PB), assumirá a liderança da Maioria no Congresso. Figueiredo irá liderar um bloco composto por 16 partidos, que juntos somam 397 deputados. Em nota à imprensa, o pedetista agradeceu a indicação e se comprometeu a continuar ouvindo e dialogando com os colegas de parlamento. Já Ribeiro substituirá sua irmã, a senadora **Daniella Ribeiro** (PSD/PB), na liderança da Maioria no Congresso. informações de: [Valor Econômico](#)
  
- **Presidente da Câmara recua após críticas de aliados.** O presidente da Câmara, **Arthur Lira** (PP/AL), recuou em medidas que poderiam desagradar ao governo após ensaiar uma escalada da crise com o Palácio do Planalto. Na última quarta (17), o plenário aprovou apenas requerimentos de urgência a projetos sem polêmica, evitando enfrentamentos com o governo. Líderes partidários demonstraram insatisfação com os ataques feitos por Lira ao ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais), e recomendaram que mudança de tom. O andamento de medidas que poderiam desagradar ao governo foi temporariamente segurado, após críticas de aliados e uma visita do ministro **Rui Costa** (Casa Civil) terem contribuído para o reposicionamento do presidente da Câmara. Com informações de: [Valor Econômico](#)
  
- **Lira avisa líderes partidários que instalará CPIs pedidas pela oposição.** O presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira** (PP/AL), anunciou que em breve instalará comissões parlamentares de inquérito (CPI) que estão protocoladas na Casa. O governo tem trabalhado para evitar a criação dessas investigações, por entender que elas desviam o foco da pauta econômica no Legislativo e podem prejudicar a imagem do Executivo. Apesar de Lira não ter vinculado a instalação das CPIs às críticas ao ministro **Alexandre Padilha** (Secretaria de Relações Institucionais), o anúncio preocupa os partidos da base aliada, que veem uma escalada de tensão que pode prejudicar o Executivo. Agora, a definição sobre quais CPIs serão instaladas e quantas serão criadas aguarda uma nova reunião com os líderes partidários, enquanto os pedidos de investigação esperam a decisão do presidente da Câmara sobre a existência de justa causa e fato determinado para investigação.
  - » Os pedidos de investigação variam de temas como **(i)** abuso de autoridade por membros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF), **(ii)** tráfico infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes, **(iii)** negativa de concessionárias de energia de conexão de energia solar doméstica à rede pública, **(iv)** aumento do número de homicídios, **(v)** crescimento do uso de *crack* e **(vi)** calote dado pela agência de viagens “123Milhas”. Com informações de: [Valor Econômico](#)
  
- **Planalto atua em várias frentes para tentar conter nova crise com Lira.** O governo federal está agindo para conter a crise com o presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira** (PP/AL), utilizando estratégias políticas e de comunicação. O ministro **Rui Costa** (Casa Civil) conversou por telefone com o parlamentar, enquanto o presidente **Lula** indicou a possibilidade

de uma reunião com Lira após sua viagem à Colômbia. Lula expressou sua insatisfação com os ataques de Lira ao ministro da articulação política, Padilha, e defendeu publicamente o ministro. Enquanto o presidente não se encontra pessoalmente com Lira, o governo busca acalmar a situação, como o ministro **Paulo Teixeira** (Desenvolvimento Agrário), que ofereceu a possibilidade de Lira indicar quadros para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Alagoas. A crise também envolve a exoneração do primo de Lira do cargo de superintendente do Incra em Alagoas, fato que desagradou o presidente da Câmara. Com informações de: [Valor Econômico](#)

## Orçamento

- **Projeto da LDO de 2025 mostra crescimento mais gradual dos resultados fiscais.** O governo anunciou uma mudança no rumo das contas públicas nos próximos anos, modificando de 0,5% para zero o superávit primário previsto para 2025, o mesmo valor projetado para 2024. De acordo com as metas estabelecidas pela LDO de 2025, a expectativa é que a dívida pública só comece a diminuir em 2028. Essas mudanças foram feitas com o intuito de criar um cenário mais realista para os agentes econômicos, em linha com as diretrizes macroeconômicas consideradas. A previsão também é de um aumento gradual do superávit, com estimativas de 0,25% em 2026, 0,5% em 2027 e 1% em 2028. Com relação ao salário-mínimo, o valor pode passar de **R\$ 1.412** para **R\$ 1.502** em 2025, o que também foi um dos parâmetros considerados para as metas orçamentárias.
  - » Seguindo as regras fiscais, a meta de resultado das contas públicas será considerada cumprida se ficar **0,25%** do PIB acima ou abaixo do percentual fixado em lei. Para 2025, o PIB estimado é de **R\$ 12,4 trilhões**, o que torna a meta cumprida mesmo que as despesas superem as receitas em até **R\$ 31 bilhões**. O projeto da LDO estima um pequeno superávit de **R\$ 10,8 bilhões**, com **R\$ 2.319,7 trilhões** em receitas e **R\$ 2.348,8 trilhões** em despesas, sem considerar cerca de **R\$ 40 bilhões** em precatórios. O governo preconiza por superávits visando equilibrar a dívida pública, que deve atingir **79,7%** do PIB em 2027, valor considerado sustentável pelo secretário do Tesouro Nacional, **Rogério Ceron**. Para equilibrar os gastos públicos, a previsão é de uma redução de **R\$ 37,3 bilhões** entre 2025 e 2028, com revisões de benefícios previdenciários e seguro agrícola. Com informações de: [Agência Câmara](#)
- **Pronto para inclusão na pauta deliberativa projeto que destina recursos de fundo científico a geração de energia em universidades.** O deputado **Rodrigo Gambale** (PODE/SP) apresentou, nesta quarta (17), parecer favorável ao [PL 1430/2022](#) (destina recursos de fundo científico a geração de energia em universidades) na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI). A matéria, portanto, encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa da comissão. Após análise da CCTI, o projeto ainda passa pelo crivo das Comissões de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.

## Consultas & Compras Públicas

- **Aberta Consulta à Sociedade a respeito de Estudo Preliminar sobre Alto Risco e Larga Escala.** A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) iniciou uma consulta pública sobre o Estudo Preliminar sobre Alto Risco e Larga Escala da planilha metodológica relacionada. As contribuições serão recebidas até 16 de maio, e materiais complementares podem ser enviados pelo e-mail [normatizacao@anpd.gov.br](mailto:normatizacao@anpd.gov.br). O objetivo da consulta é esclarecer o conceito de alto risco, ainda em debate no meio acadêmico e de proteção de dados pessoais, destacando a importância do tema no tratamento de dados pessoais por Agentes de Tratamento de Pequeno Porte (ATPP) e em outros contextos. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)
- **Anatel prorroga consulta pública sobre reavaliação do Regulamento de Avaliação da Conformidade e de Homologação de Produtos para Telecomunicações.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou, por meio do [Acórdão nº 94/2024](#), a **prorrogação, até 10 de maio de 2024**, o **prazo** para envio de comentários e sugestões à [Consulta Pública nº 13/2024](#), sobre a proposta de reavaliação do Regulamento de Avaliação da Conformidade e de Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela [Resolução ANATEL nº 715/2019](#), objeto do item 16 da Agenda Regulatória 2023-2024.

## Nomeações

- **SECOM nomeia coordenador-geral de Proteção de Direitos da Rede.** A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) [designou](#), nesta semana, **Dênis Rodrigues da Silva** para a função de coordenador-geral de Proteção de Direitos da Rede da Secretaria de Políticas Digitais (SPDIGI).
- **MJSP designa membros ao Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual.** No âmbito da Secretaria Nacional do Consumidor, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senacon/MJSP), foi divulgada a [relação nominal dos membros designados a compor o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual \(CNCP\)](#).
- **Fazenda nomeia integrantes do Comitê Gestor do Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira.** Por meio da [Portaria de Pessoal SE/MF nº 932](#) publicada nesta semana, o Ministério da Fazenda (MF) nomeou os integrantes do Comitê Gestor do Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira (CITSB), instituído pelo [Decreto nº 11.961/2024](#).

## Agendas de Destaque

- A ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação) compareceu à Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) da Câmara dos Deputados para apresentar um balanço

das ações do governo no setor e os planos para o futuro. Um dos principais pontos abordados foi a recomposição total dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que contará com um orçamento de **R\$ 12,8 bilhões** em 2024, possibilitado pela aprovação do Congresso. No ano passado, o fundo teve **R\$ 10 bilhões** destinados a projetos estratégicos.

- » Ademais, durante o encerramento do seminário “*Inteligência Artificial para Equidade Social e Desenvolvimento Sustentável*”, promovido pelo MCTI, a ministra enfatizou a importância de discutir a Inteligência Artificial (IA) no âmbito do G20 como forma de reduzir as desigualdades entre os países no desenvolvimento dessa tecnologia. Santos ressaltou que é fundamental realizar debates conjuntos para que a IA seja utilizada em benefício da humanidade e do interesse público; e alertou para a preocupação com a distribuição desigual de ativos e infraestrutura de IA, concentrada em poucas empresas privadas, o que pode aprofundar as diferenças de poder entre as nações. Segundo a ministra, uma estratégia de IA deve ser baseada na cooperação multilateral e no enfrentamento das assimetrias de forma conjunta pelos países do G20. Com informações de: [ASOM MCTI](#) e [ASCOM MCTI](#)
- O diretor-presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), **Waldemar Gonçalves** e a diretora **Miriam Wimmer** estiveram presentes no 1º Seminário de Proteção de Dados Pessoais, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac), nesta quarta (17). Durante o evento, Wimmer alertou para os desafios da proteção de dados de crianças e adolescentes em um contexto de uso intenso da tecnologia e grande coleta de informações. Ela ressaltou a preocupação com os rastros digitais deixados por esse grupo e a necessidade de mecanismos de verificação mais eficazes para protegê-los. Além disso, enfatizou a importância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) como mecanismo de proteção para crianças e adolescentes. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)
  - » Ainda na quarta-feira (17), durante o *Data Governance School LatAm,* promovido pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, a diretora da ANPD **Miriam Wimmer** realizou uma apresentação destacando o papel da autoridade como elemento central na proteção de dados e intérprete da legislação. Ela ressaltou os princípios mais importantes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e os principais direitos do titular, além de comemorar o ecossistema normativo coerente que forma um direito fundamental. Wimmer também defendeu a posição da ANPD como interlocutora central na regulamentação da inteligência artificial devido ao uso de dados pessoais. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)
- O ministro **Juscelino Filho** (Comunicações) firmou um acordo com o governo colombiano para estender a rede de internet brasileira por fibra ótica até a cidade de Leticia, na tríplice fronteira amazônica, que inclui o Peru. A parceria foi assinada durante a visita do presidente **Lula** a Bogotá e prevê a implantação de uma “estrada digital” de 1,1 mil km sob as águas do rio Amazonas até 2025, conectando 13 municípios do Norte brasileiro, incluindo Tabatinga (AM). O objetivo é levar internet de qualidade para regiões de difícil acesso e localidades remotas, proporcionando mais acesso à educação, serviços públicos, mercado de trabalho e economia digital para a população ribeirinha e aldeias. Com informações de: [ASCOM MCom](#)
  - » Além disso, representantes do Comitê de Redes Comunitárias se reuniram com o Ministério das Comunicações (MCom) para discutir a implementação de políticas públicas de inclusão digital em áreas remotas por meio de redes comunitárias. A ministra em exercício, **Sonia Faustino,** destacou a importância do acesso à internet para povos rurais e indígenas, ressaltando que a conectividade



é uma das prioridades do governo. O grupo enfatizou a necessidade de promover o acesso universal à internet e de envolver as redes comunitárias na formulação de políticas públicas com baixo custo de investimento. O secretário Nacional de Telecomunicações, **Hermano Tercius**, reconheceu o papel significativo das redes comunitárias e avaliou de forma positiva o encontro. Com informações de: [ASCOM MCom](#)

- » Já o assessor do Departamento de Política Setorial da Secretaria de Telecomunicações, **William Zambelli**, representou o Ministério das Comunicações (MCom) no Congresso Brasileiro de Telemedicina e Telessaúde realizado entre os dias 11 e 14 de abril. Durante o evento, o tema da conectividade na saúde foi debatido, com ênfase no papel do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para projetos de telemedicina e telessaúde. Zambelli ressaltou a importância de garantir a conexão digital em todo o país, especialmente em áreas remotas, destacando o compromisso do MCom com a saúde e o acesso à conectividade de qualidade para todos os brasileiros. Além disso, ele destacou a necessidade do Fust para viabilizar recursos e propostas de universalização dos serviços de telecomunicações, visando a expansão, uso e melhoria da qualidade das redes e dos serviços de telecomunicações, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias de conectividade. Com informações de: [ASCOM MCOM](#)
  
- » O secretário de Telecomunicações (Setel), **Hermano Tercius**, e o co-coordenador do Programa de Telecomunicações e Direitos Digitais do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Luã Cruz, se encontraram para discutir políticas públicas de banda larga fixa com foco na acessibilidade para os mais vulneráveis economicamente, além de promover a transparência e fortalecer os direitos digitais e a infraestrutura pública digital (DPI) no Brasil. Tercius destacou a importância do Idec na demonstração dos interesses dos consumidores e sugeriu um alinhamento para convergir as políticas públicas entre as duas entidades. A reunião também contou com a presença do diretor do Departamento de Políticas Setoriais, **Juliano Stanzani**, e o coordenador-geral de Aprimoramento do Ambiente de Investimento, **David Penha**. Com informações de: [ASCOM MCOM](#)
  
- O ministro **Camilo Santana** (Educação) marcou presença em uma audiência pública realizada na manhã desta terça-feira (16), no Senado Federal, para debater sobre os avanços e desafios do Ministério da Educação (MEC) em 2023, além de divulgar os resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) de 2024. Na ocasião, ressaltou a importância do diálogo e o fortalecimento do pacto federativo em sua gestão desde janeiro de 2023. Destacou também a necessidade de equidade e inclusão na educação pública, visando reduzir as desigualdades étnico-raciais e garantir a qualidade e acesso à educação para todos. Além disso, abordou a retomada de obras inacabadas e paralisadas, a expansão do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e a atualização das bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre outros programas. Santana também agradeceu o esforço do governo na ampliação do orçamento destinado ao Ministério da Educação, possibilitando a recomposição orçamentária e a melhoria nos recursos para programas importantes. Com informações de: [ASCOM MEC](#)
  
- O ministro **Fernando Haddad** (Fazenda) participou de um painel na sede do Fundo Monetário Internacional (FMI) nos Estados Unidos, onde defendeu a conclusão da implementação dos pilares 1 e 2 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), relacionados à tributação de serviços digitais e tributação mínima de empresas transnacionais, respectivamente. Além disso, ele destacou a importância de avançar para um terceiro eixo: a tributação dos super-ricos. Haddad ressaltou que a tributação internacional é uma questão

macroeconômica global fundamental e que novos recursos são necessários para que o crescimento se torne robusto e traga ganhos coletivos. Ele também defendeu uma nova globalização, baseada em critérios sociais e ambientais, durante a presidência brasileira do G20. O evento contou com a presença da diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva, do ministro da Economia da França, Bruno Le Maire e do ministro da Economia do Quênia, Njuguna Ndung'u. Com informações de: [Convergência Digital](#)

- Autoridades brasileiras e internacionais se reuniram em Brasília para discutir os impactos da Inteligência Artificial (IA) no Seminário de Inteligência Artificial, parte da programação do Grupo de Trabalho em Economia Digital do G20. O evento foi uma oportunidade para especialistas ponderarem sobre os benefícios e riscos do desenvolvimento da IA. Diferentes perspectivas sobre os desafios da distribuição desigual de ativos e infraestrutura de IA foram debatidas, visando uma abordagem colaborativa para promover o crescimento inclusivo e democrático da tecnologia no Brasil. O embaixador **Luciano Mazza**, diretor de Ciência, Tecnologia e Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ressaltou a importância de considerar as questões de inclusão e desenvolvimento como parte integral da agenda internacional sobre a governança da Inteligência Artificial. Com informações de: [ASCOM MCom](#)